



# Boletim de Legislação



**EJEF** - *escala que forma e informa*

**Nº 803 – 22 de janeiro de 2025**

**Abrangência: 11/01/2025 a 17/01/2025**

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 15.100	DOU; 14/01/2025	Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica.	<a href="#">Lei 15.100</a> (Site da Presidência da República)
LEI COMPLEMENTAR Nº 212	DOU; 14/01/2025	Institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União firmadas no âmbito da Lei nº 8.727, de 5.11.1993, da Lei nº 9.496, de 11.9.1997, da Lei Complementar nº 159, de 19.5.2017, da Lei Complementar nº 178, de 13.1.2021, da Lei Complementar nº 201, de 24.10.2023, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24.8.2001; prevê instituição de fundo de equalização federativa; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Lei Complementar nº 178, de 13.1.2021, e a Lei Complementar nº 201, de 24.10.2023.	<a href="#">Lei Compl. 212</a> (Site da Presidência da República)

<p><b>LEI COMPLEMENTAR Nº 213</b></p>	<p>DOU; 16/01/2025</p>	<p>Altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 (Lei do Seguro Privado), para dispor sobre as sociedades cooperativas de seguros e as operações de proteção patrimonial mutualista, bem como sobre o termo de compromisso e o processo administrativo sancionador no âmbito da Superintendência de Seguros Privados (Susep); altera o Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, para dispor regras a que as sociedades de capitalização estão sujeitas; altera a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 (Lei da Previdência Complementar), para dispor sobre hipóteses de dispensa de autorização para atos relativos a eleição e posse de administradores e membros de conselhos estatutários de entidades abertas de previdência complementar; altera a Lei nº 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, para dispor sobre responsabilidade de administradores, regimes especiais de insolvência e medidas preventivas aplicáveis às sociedades cooperativas de seguros e às administradoras de operações de proteção patrimonial mutualista; altera a Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007 (Lei do Resseguro), para dispor sobre a contratação de operações de resseguro por sociedades cooperativas de seguros e por administradoras de operações de proteção patrimonial mutualista; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre a Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro e Resseguro, de Proteção Patrimonial Mutualista, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta; estabelece regras e condições para regularização da situação de associações que especifica; revoga dispositivo da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964; e dá outras providências.</p>	<p><a href="#">Lei Compl. 213</a> (Site da Presidência da República)</p>
<p><b>LEI COMPLEMENTAR Nº 214</b></p>	<p>DOU; 17/01/2025</p>	<p>Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária.</p>	<p><a href="#">Lei Compl. 214</a> (Site da Presidência da República)</p>
<p><b>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.288</b></p>	<p>DOU; 17/01/2025</p>	<p>Dispõe sobre medidas para ampliar e garantir a efetividade do sigilo e a não incidência de preço superior, valor ou encargo adicional sobre os pagamentos realizados por meio de arranjo de Pagamentos Instantâneos - Pix, instituído pelo Banco Central do Brasil.</p>	<p><a href="#">Medi. Prov. 1.288</a> (Site da Presidência da República)</p>

## ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 57	DOU; 13/01/2025	Estabelece, para o mês de janeiro de 2025, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e dos salários de contribuição para cálculo da renda mensal inicial dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.	<a href="#">Port. 57</a> (Site da Imprensa Nacional)
PORTARIA Nº 83	DOU; 17/01/2025	Altera a Portaria MTP nº 220, de 2 de fevereiro de 2022, que disciplina os procedimentos referentes à comprovação de vida anual dos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.	<a href="#">Port. 83</a> (Site da Imprensa Nacional)
PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 6	DOU; 13/01/2025	Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS e dos valores previstos nos incisos II a VIII do § 1º do art. 11 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que trata da aplicação das alíquotas da contribuição previdenciária prevista nos arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. (Processo nº 10128.022473/2024-61).	<a href="#">Port. Interministerial 6</a> (Site da Imprensa Nacional)

## LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 25.150	Minas Gerais; 15/01/2025	Institui o Estatuto da Igualdade Racial no Estado.	<a href="#">Lei 25.150</a> (Site da ALMG)
LEI Nº 25.151	Minas Gerais; 15/01/2025	Altera a Lei nº 20.782, de 19 de julho de 2013, que dispõe sobre a concessão de bolsa-atleta e bolsa-técnico no âmbito do Estado.	<a href="#">Lei 25.151</a> (Site da ALMG)
LEI Nº 25.154	Minas Gerais; 04/01/2025	Dispõe sobre o funcionamento das empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas no âmbito do Estado e dá outras providências.	<a href="#">Lei 25.154</a> (Site da ALMG)
LEI Nº 25.156	Minas Gerais; 15/01/2025	Altera o art. 5º da Lei nº 23.366, de 25 de julho de 2019, que institui a política estadual de promoção da paz nas escolas, a ser implementada nos estabelecimentos de ensino vinculados ao sistema estadual de educação.	<a href="#">Lei 25.156</a> (Site da ALMG)
LEI Nº 25.159	Minas Gerais; 15/01/2025	Acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 22.256, de 26 de julho de 2016, que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado.	<a href="#">Lei 25.159</a> (Site da ALMG)

LEI Nº 25.165	Minas Gerais; 17/01/2025	Altera a Lei nº 16.301, de 7 de agosto de 2006, que disciplina a criação de cães das raças que especifica e dá outras providências.	<a href="#">Lei 25.165</a> (Site da ALMG)
LEI COMPLEMENTAR Nº 180	Minas Gerais; 15/01/2025	Institui o regime de previdência complementar para parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Lei Compl. 180</a> (Site da ALMG)

## LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 18.933	D.O.M.; 17/01/2025	Determina o expediente dos órgãos e das entidades do Poder Executivo nas datas que menciona.	<a href="#">Dec. 18.933</a> (Site da PBH)
LEI Nº 11.815	D.O.M.; 11/01/2025	Declara o valor histórico e cultural dos blocos caricatos e cria o Programa de Proteção, Incentivo e Valorização dos Blocos Caricatos no Município.	<a href="#">Lei 11.815</a> (Site da PBH)

## ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO CONJUNTO Nº 138	DJE; 15/01/2025	Avisa sobre a instituição do Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN como meio oficial de intimação "não pessoal" dos atos judiciais praticados nos sistemas mencionados neste ato.	<a href="#">Aviso Conj. 138</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.987	DJE; 11/01/2025	Designa juíza leiga para atuar em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	<a href="#">Port. 6.987</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.988	DJE; 11/01/2025	Designa juiz leigo para atuar em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais	<a href="#">Port. 6.988</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.989	DJE; 11/01/2025	Designa juiz leigo para atuar em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	<a href="#">Port. 6.989</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.990	DJE; 11/01/2025	Designa juíza leiga para atuar em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	<a href="#">Port. 6.990</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.991	DJE; 11/01/2025	Altera a Portaria da Presidência nº 6.964, de 11 de dezembro de 2024, que "Constitui Grupo de Trabalho com vistas a realizar estudos acerca das medidas a serem adotadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais para atendimento à Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 520, de 18 de setembro de 2023, que 'Dispõe sobre a Política Judiciária sobre Pessoas Idosas e suas interseccionalidades'".	<a href="#">Port. 6.991</a> (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 6.992	DJE; 14/01/2025	Institui, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, Cartilha de Orientação sobre o Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador, estabelecido pela Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021.	<a href="#">Port. 6.992</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.993	DJE; 17/01/2025	Constitui Grupo de Trabalho para promover estudos e apresentar proposta em relação ao regime de instituição e de cobrança de custas no Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 6.993</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.994	DJE; 17/01/2025	Altera o local de lotação de juíza leiga que atua em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 6.994</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.995	DJE; 17/01/2025	Dispensa juíza leiga de sua função em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 6.995</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.996	DJE; 17/01/2025	Designa Juiz Coordenador e Juizes-Adjuntos do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Juiz de Fora.	<a href="#">Port. 6.996</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.629	DJE; 15/01/2025	Dispõe sobre a suspensão do expediente forense nos dias que menciona.	<a href="#">Port. Conj. 1629</a> (Site do TJMG)

### ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 3	DJE; 11/01/2025	Avisa sobre a disponibilização, na Rede TJMG, de sistema de Consulta de Advogados Dativos, para acesso à lista dos advogados inscritos como dativos no Estado de Minas Gerais, aptos a serem nomeados para exercício na Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Aviso 3</a> (Site do TJMG)
AVISO Nº 4	DJE; 11/01/2025	Avisa sobre a disponibilização de arquivo contendo informações sobre o padrão de desempenho, de produtividade e de presteza no exercício jurisdicional, relativo ao período de janeiro de 2024 a dezembro de 2024.	<a href="#">Aviso 4</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.262	DJE; 11/01/2025	Reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Patos de Minas.	<a href="#">Port. 8.262</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.267 (EXTRATO)	DJE; 15/01/2025	Instaura Sindicância Administrativa e designa Comissão Sindicante.	<a href="#">Port. 8.267</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.271 (EXTRATO)	DJE; 14/01/2025	Prorroga o prazo de afastamento cautelar do exercício das funções do cargo, determinado pela Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.080, de 31 de julho de 2024.	<a href="#">Port. 8.271</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.274	DJE; 11/01/2025	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Januária e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.108, de 14 de agosto de 2024.	<a href="#">Port. 8.274</a> (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 8.275	DJE; 11/01/2025	Designa juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Capelinha e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.036, de 26 de junho de 2024.	<a href="#">Port. 8.275</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.276	DJE; 11/01/2025	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Sete Lagoas e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.073, de 23 de julho de 2024.	<a href="#">Port. 8.276</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.277	DJE; 14/01/2025	Designa juízes de direito para o exercício, em caráter interino, das atribuições de proteção às pessoas idosas da Comarca de Timóteo nos períodos que especifica e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.055, de 10 de julho de 2024.	<a href="#">Port. 8.277</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.278	DJE; 14/01/2025	Designa juízes de direito para o exercício, em caráter interino, das funções de Juiz Corregedor de presídios da Comarca de Timóteo nos períodos que especifica e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.185, de 10 de outubro de 2024.	<a href="#">Port. 8.278</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.279	DJE; 14/01/2025	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Conselheiro Pena e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.117, de 21 de agosto de 2024.	<a href="#">Port. 8.279</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.280	DJE; 11/01/2025	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Araçuaí e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.114, de 20 de agosto de 2024.	<a href="#">Port. 8.280</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.281	DJE; 14/01/2025	Designa juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Araçuaí.	<a href="#">Port. 8.281</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.282	DJE; 17/01/2025	Reconduz juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Ouro Preto.	<a href="#">Port. 8.282</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.283	DJE; 15/01/2025	Designa juiz de direito para o exercício, em caráter interino, das atribuições de proteção às pessoas idosas da Comarca de Caeté e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.083, de 1º de agosto de 2024.	<a href="#">Port. 8.283</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.284 (EXTRATO)	DJE; 16/01/2025	Instaura Sindicância Administrativa e designa Comissão Sindicante.	<a href="#">Port. 8.284</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.285	DJE; 16/01/2025	Designa juízas de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Pedra Azul no período que especifica, altera dispositivos da Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça - CGJ nº 7.540, de 21 de março de 2023, e revoga a Portaria da CGJ nº 8.259, de 18 de dezembro de 2024.	<a href="#">Port. 8.285</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.286	DJE; 16/01/2025	Designa juízas de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas da Comarca de Pedra Azul no período que especifica, altera dispositivos da Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça - CGJ nº 7.541, de 21 de março de 2023, e revoga a Portaria da CGJ nº 8.260, de 18 de dezembro de 2024.	<a href="#">Port. 8.286</a> (Site do TJMG)

<b>PORTARIA Nº 8.287</b>	DJE; 16/01/2025	Designa juiz de direito para o exercício, em caráter interino, das atribuições de proteção às pessoas idosas da Comarca de Januária e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.027, de 17 de junho de 2024.	<a href="#">Port. 8.287</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 8.288 (EXTRATO)</b>	DJE; 17/01/2025	Avoca para a Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ a competência para instaurar Processo Administrativo Disciplinar, designa Comissão Processante e determina o afastamento preventivo de Tabelião.	<a href="#">Port. 8.288</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 8.289</b>	DJE; 17/01/2025	Designa juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas da Comarca de Capelinha e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.126, de 27 de agosto de 2024.	<a href="#">Port. 8.289</a> (Site do TJMG)
<b>PROVIMENTO Nº 422</b>	DJE; 15/01/2025	Revoga e torna sem efeito os atos da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais que especifica, em razão da entrada em produção do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões - BNMP 3.0.	<a href="#">Prov. 422</a> (Site do TJMG)

*Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca*  
Sugestões ou críticas: E-mail: [cobib@tjmg.jus.br](mailto:cobib@tjmg.jus.br)

*Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para [cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br](mailto:cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br). O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.*